



CONSELHO DO FUNDEB

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
Ipiranga-Pr

PARECER DA GESTÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB (PARA FINS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

1. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Ipiranga, em atendimento às exigências legais, notadamente os arts. 24 e 27 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e a regulamentação municipal própria, para fins da Prestação de Contas Anual, do exercício de 2019, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Ipiranga, Estado do Paraná, é de parecer pela **aprovação** das contas da gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

2. A opinião supra está consubstanciada no resultado do acompanhamento periódico dos demonstrativos orçamentários, financeiros, contábeis e documentação que fundamenta os registros e informações, relativamente ao exercício financeiro de 2019, examinados à luz dos preceitos e normas de administração pública e nos critérios estabelecidos especialmente na lei nº 11.494/2007 e Lei nº 9.394/96, observando as competências legais do Conselho, destacando-se a abordagem dos seguintes aspectos:

- I) Organização e o funcionamento regular do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
- II) A relevância atribuída pelo gestor às deliberações e recomendações do Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas às aplicações dos recursos do FUNDEB;
- III) Reuniões ordinárias de controle, acompanhamento e deliberação acerca da execução orçamentária dos recursos do FUNDEB, compreendendo a verificação da conformidade com as normas em relação à:
 - a) a arrecadação realizada no exercício;
 - b) a execução da despesa orçamentária autorizada;
 - c) a efetiva materialização dos gastos e sua pertinência quanto ao enquadramento no contexto da manutenção e desenvolvimento da educação básica;
 - d) as movimentações financeiras bancárias e a aplicação financeira das disponibilidades;
- IV) Avaliação do cumprimento da obrigação com o mínimo reservado para a remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício das funções, compreendendo a arrecadação anual do FUNDEB, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, e as despesas com a folha de pagamento de profissionais do magistério, empenhadas nos termos do art. 22 da Lei nº 11.494/2007 (no código específico do SIM/AM), podendo-se



CONSELHO DO FUNDEB

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
Ipiranga-Pr

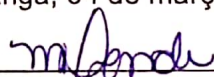
opinar, até onde os exames puderam alcançar, que não foram constatadas ofensas às normas;

- V) Avaliação da regularidade das demais despesas empenhadas à conta do FUNDEB (40%), quanto à utilização em despesas consideradas manutenção e desenvolvimento da educação básica nos termos do art. 21 da Lei nº 11.494/2007, podendo-se opinar, até onde os exames puderam alcançar, que não foram constatadas ofensas às normas.

3. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que caso ensejarem.

É o Parecer.

Ipiranga, 04 de março de 2020.

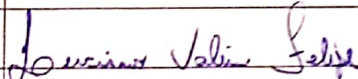
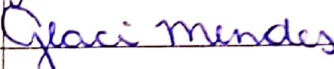
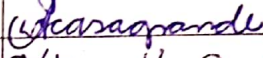
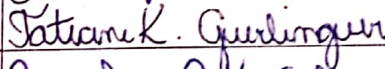
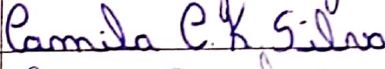
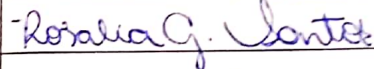
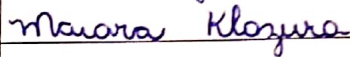
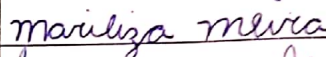
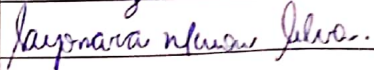
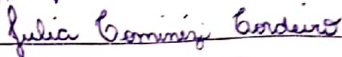
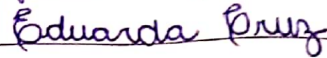

MICHELE DENCK

Presidente


FLÁVIA APª DOS SANTOS SILVA

Vice Presidente

MEMBROS:

	ASSINATURA
LUCIANO VALIM FELIPE	
GLACI DAS GRAÇAS MARTINS	
DANIELE PAES DE ALMEIDA CASAGRANDE	
TATIANE KAROLINE GUERLINGUER	
CAMILA CRISTINE KINAÍPIK SILVA	
ROSALIA GAVRONSKI DOS SANTOS	
MAIARA APARECIDA KLAZURA	
MARILIZA DE MEIRA	
SAYONARA MENON DA SILVA	
JULIA COMINEZI CORDEIRO	
EDUARDA CRUZ	

Rua Alcides Ribeiro de Macedo, 253. Centro. Ipiranga-Pr. CEP: 84450-000
Fone: (42) 32421532 ramal 29